

Queixa de um jornalista do jornal Público

ERC critica Gabinete do Ministro da Finanças por dificultar o acesso às fontes oficiais de informação

O Conselho Regulador (CREG) da ERC deliberou considerar que “o Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças não satisfaz devidamente o direito fundamental de acesso a fontes oficiais de informação (...)” ao privar o jornalista Carlos Cipriano, do jornal Público, “durante um período de tempo excessivamente dilatado, de aceder aos elementos informativos por ele solicitados”.

“Sendo certo – sustenta o Conselho Regulador – que os factos que resultam assentes não permitem concluir no sentido da verificação de um qualquer dolo de prejudicar ou discriminar o Denunciante, o Conselho Regulador não pode, todavia, deixar de concluir que a conduta do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças não se terá pautado pelo nível de diligência mais conforme à observância de um direito que assiste aos jornalistas por força da Constituição e da lei”.

Estava em causa, segundo a queixa do jornalista, a não resposta a questões sobre se já fora emitida autorização tutelar para a aquisição de material circulante para o Metro Mondego (sim ou não) e se existia ou não alguma previsão do ministério quanto ao momento da emissão de semelhante autorização no tocante ao concurso público de aquisição de novos comboios para a CP (e, caso existisse, para que data apontaria tal previsão).”

Na deliberação emitida, o Conselho Regulador refere que, decorridos mais de dois meses desde o envio das questões, o jornalista ainda não tinha obtido resposta, o que “ultrapassa largamente aquilo que poderia considerar-se como um horizonte temporal razoável para a indagação, no âmbito do ministério, e fornecimento de uma resposta ao denunciante.”

A deliberação da ERC citada está em anexo, além de ser disponibilizada no site da Entidade (www.erc.pt).

Lisboa, 26 de Janeiro de 2009